

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S.PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598  
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO  
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RUY MESQUITA

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

## Editor Chefe

Celso Kinjô

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiumá Mesquita

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

## Recuos do governo

Ante os sinais de esvaziamento da crise política provocada pelas denúncias não comprovadas do empresário Pedro Collor de Mello, era de se esperar que, com o País respirando aliviado, os governantes voltassem a concentrar seus esforços na busca, no menor prazo possível, das soluções para os graves problemas sociais e econômicos que afe tam a vida de todos os brasileiros.

No Congresso, onde se encontram alguns dos principais focos de resistência às medidas indispensáveis para a superação da crise econômica e para a modernização da economia e do Estado brasileiros, parlamentares conscientes — entre os quais oposicionistas como o deputado petista José Genoino — advertiam que, apesar da instalação da CPI para investigar as denúncias de Pedro Mello, o Legislativo não poderia paralisar seus trabalhos. Esperava-se, pois, que o governo aproveitasse essa boa vontade para acelerar a tramitação dos projetos essenciais à dinamização da atividade econômica e ao equilíbrio das contas públicas, em particular o projeto de reforma fiscal que seria enviado ao Congresso ainda no primeiro semestre.

Em vez disso, o que vemos é um recuo do governo.

“Não há mais condições de o projeto (de reforma fiscal) ser apreciado neste primeiro semestre pelo Congresso Nacional, e a versão definitiva, discutida com a sociedade, será encaminhada ao Congresso somente em final de julho”, disse o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, numa reunião com os membros de duas comissões técnicas da Câmara dos Deputados. Ninguém sabe por que se fraudaram as expectativas do governo expressas pelo ministro Jorge Bornhausen, que há dias dizia haver condições para que a reforma fiscal fosse aprovada num prazo relativamente curto.

Além de atrasar, a reforma, como admitiu o ministro da Economia, poderá também encolher, deixando-se para o próximo ano medidas que im-

pliquem mudanças na Constituição. Por ora o governo se limitaria a fazer mais uma reforma de emergência, como a do ano passado, que se resumiria à canalização de mais recursos do setor privado para os cofres do governo.

Mesmo naquilo que, dentro de seu limite de atuação, perseguia com maior pertinácia, que era o controle monetário, o governo começa a recuar ante a pressão dos governadores. O Ban espa, por exemplo, que emprestou ao seu controlador, o governo do Estado de São Paulo, o equivalente hoje a cerca de US\$ 900 milhões e não recebeu nada, mas não indicou esse fato em seu balanço, o que contrariou as regras vigentes, foi contemplado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) com o direito de não cumprir as normas contábeis a que todos os demais bancos se devem submeter. Foi também liberado da exigência de não emprestar mais do que o equivalente a 30% de seu patrimônio a um mesmo cliente (novamente o governo do Estado).

Os três bancos estaduais que estavam em regime de liquidação desde 1990, por causa de sua evidente inviabilidade financeira (da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Piauí), receberam do governo federal um empréstimo (será honrado no prazo?) de Cr\$ 17 bilhões cada. Pagarão dívidas trabalhistas e poderão reabrir suas portas. Para a Caixa Econômica Federal o governo anuncia mais um “plano de saneamento e recuperação financeira” que, de imediato, representará uma sangria de Cr\$ 700 bilhões do orçamento da União.

O governo detectou no meio empresarial e sindical o aumento das expectativas pessimistas quanto ao futuro diante dessa inflação que não sai do lugar e da recessão que continua firme. Para contê-las, o ministro Marcílio pretende realizar um amplo seminário, reunindo as 51 câmaras setoriais. Com esses recuos do governo, terá uma difícil tarefa.